

Governo mantém decisão de não pagar juros e envia negociadores

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro mantém sua decisão de não pagar aos bancos credores privados os juros que vencem de hoje até segunda-feira — no valor entre US\$ 1,6 bilhão e US\$ 1,7 bilhão, dependendo da taxa de câmbio entre as moedas fortes pelas quais a dívida externa foi contratada — e continua buscando junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um entendimento para abrir caminho ao desembolso de recursos novos que viabilizem os compromissos externos.

O negociador do Brasil junto ao FMI, Mikal Gartenkraut, que passou esta semana em Washington, volta ao País no sábado. Ele levou ao "staff" técnico do FMI o pacote de projetos que o Ministério da Fazenda espera ser votado no Congresso Nacional para garantir o aumento de arrecadação da ordem de 1,5% do PIB no ano que vem. Conjugado com a redução de receitas prevista

no esboço do orçamento da União para 1990, a expectativa do governo é de que o déficit público operacional (descontadas as correções monetária e cambial) chegue em dezembro do ano que vem muito próximo de zero.

Estas medidas de ordem fiscal para o ano que vem funcionam como o principal pano de fundo para a definição final em torno de um acordo de curto prazo entre aquele organismo e o Brasil. "O FMI não vai fazer acordo sem ter a perspectiva para o ano de 1990", observou a este jornal uma fonte categorizada do governo.

O problema é que o orçamento da União não é ainda uma peça totalmente acabada, embora o governo já tenha divulgado uma prévia do que está traçando para o ano que vem. O FMI faz questão de conhecer o orçamento em detalhes e a previsão é de que Gartenkraut retorne a Washington quando o documento estiver pronto para ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Se isto ocorrer até a reunião anual do FMI e do Banco Mundial (BIRD) — que se realiza na capital



Mailson da Nóbrega

dos Estados Unidos entre 23 e 28 deste mês — nada impede que as negociações brasileiras com o Fundo corram em paralelo. Isto já aconteceu no passado, quando uma carta de intenções chegou a ser assinada entre o Brasil e o FMI enquanto se realizava a reunião anual dos comitês interno e de desenvolvimento daquele organismo.

No dia 21, pela manhã, os negociadores da dívida externa brasileira, ministro Sérgio Amaral e o diretor do BC, Arnim Lore, têm encontro marcado com o comitê assessor de bancos

credores, em Nova York, para um acerto final sobre a dilatação do prazo de solicitação da terceira "tranche" de "dinheiro novo" — no valor de US\$ 600 milhões — que vence em 30 de setembro, conforme prevê o contrato assinado em 1988.

Neste sábado, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, embarca para o México de modo a participar da reunião do grupo dos oito devedores da América Latina, marcada para Cancun, nos dias 18 e 19.

A agenda do encontro prevê, pela primeira vez, uma discussão sobre o impacto fiscal da dívida externa. Até aqui, o tema da dívida vinha sendo enfocada basicamente sob o ponto de vista cambial. Esta reunião de Cancun terá também, para os devedores da região, o caráter preparatório para a reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

No dia 20, o ministro Mailson da Nóbrega chega a Nova York e realiza no dia 21 uma palestra no Council for Foreign Relations, um fórum prestigiado junto às comunidades política e acadêmica dos Estados Unidos.